

ORGS

ALESSANDRO MENDES CARDOSO

HUGO DE BRITO MACHADO SEGUNDO · RAPHAEL SILVA RODRIGUES

PROCESSO
TRIBU
TÁRIO
RIO

NA CONTEMPORANEIDADE

PREFÁCIO POR JOSÉ EDUARDO SOARES DE MELO





Belo Horizonte Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG Tel.: 31 3261 2801 CEP 30140-007	São Paulo Av. Paulista, 2444, 8º andar, cj 82 Bela Vista – São Paulo, SP CEP 01310-933
--	---

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2021, D'Plácido Editora.
Copyright © 2021, Os autores.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

<i>Editor Chefe</i>	Plácido Arraes
<i>Editor</i>	Tales Leon de Marco
<i>Produtora Editorial</i>	Bárbara Rodrigues
<i>Capa, projeto gráfico</i>	Nathalia Torres
<i>Diagramação</i>	Nathalia Torres

Catálogo na Publicação (CIP)

P963 Processo tributário na contemporaneidade / Alessandro Mendes Cardoso, Hugo de Brito Machado Segundo, Raphael Silva Rodrigues (orgs.). - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2021.
296 p.

ISBN 978-65-5589-312-0

1. Direito. 2. Direito Tributário. I. Cardoso, Alessandro Mendes. II. Machado Segundo, Hugo de Brito, 1978-. III. Rodrigues, Raphael Silva. IV. Título.

CDDir: 341.39

Biblioteca responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Sumário

Prefácio.....	11
1. Inteligência artificial e devido processo legal tecnológico: como repensar as salvaguardas procedimentais do devido processo legal em um cenário de decisões cada vez mais automatizadas.....	17
<i>Adriana Reis de Albuquerque</i>	
2. Exceção de pré-executividade e legitimidade passiva: a inclusão de sócios-gerentes na CDA e a participação no processo administrativo.....	45
<i>César Vale Estanislau</i>	
3. A possibilidade de alegação de compensação como matéria de defesa em Embargos à Execução Fiscal e a jurisprudência divergente sobre o tema.....	61
<i>Daniela Silveira Lara</i> <i>Gleice Diniz de Oliveira</i>	
4. Sistema de precatórios: paradoxos e repercussões.....	83
<i>Elise Avesque Frota</i>	

5. Breves considerações sobre a inconstitucionalidade e ilegalidade da averbação pré-executória criada pela Lei 13.606/18..... 101
Gustavo Brigagão
Pedro Grillo
6. Decisão do STF em torno da Lei 13.606/2018 e ilegitimidade de uma "execução fiscal administrativa" 121
Hugo de Brito Machado Segundo
7. Considerações sobre o cotejo analítico como requisito de admissibilidade do recurso especial no processo tributário administrativo federal e sobre o prequestionamento como requisito de admissibilidade desse recurso apenas para os contribuintes..... 133
João Dácio Rolim
Gustavo Lanna Murici
8. Compensação tributária em embargos à execução fiscal: art. 16, §3º da LEF e o tema 294/STJ..... 155
Marco Túlio Fernandes Ibraim
Júlia De Oliveira Fonseca
9. O efeito suspensivo automático nos embargos à execução fiscal..... 175
Mary Elbe Queiroz
Antonio Carlos F. de Souza Júnior
10. A aplicação obrigatória dos princípios do devido processo legal e do contraditório e da ampla defesa no âmbito do processo

administrativo fiscal de imputação de responsabilidades.....	193
<i>Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho</i>	
11. Métodos alternativos de resolução de litígios tributários: transação e negócio jurídico processual e sua possível aplicação no caso da (in)constitucionalidade da incidência de “correção monetária” sobre a alíquota da taxa do SISCOMEX.....	229
<i>Paulo Cesar Conrado</i>	
<i>João Marcelo Morais</i>	
12. Breves comentários sobre o regime jurídico da tutela provisória no âmbito do processo tributário.....	257
<i>Raphael Silva Rodrigues</i>	
<i>Alessandro Mendes Cardoso</i>	
<i>Ana Paula Fernandes</i>	
13. A importância da aplicação do Precedente para redução da litigiosidade no Processo Administrativo Fiscal.....	273
<i>Válter de Souza Lobato</i>	
<i>Tiago Conde Teixeira</i>	
Autores.....	299